

Renovado reconhecimento de curso do Mackenzie

Comissão constata melhorias no currículo e nas instalações físicas do curso de direito

DEMÉTRIO WEBER

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou na quarta-feira a renovação, por cinco anos, do reconhecimento do curso de direito da Universidade Mackenzie. A decisão baseou-se no resultado da reavaliação por uma comissão de especialistas, que constatou melhorias na estrutura curricular e nas instalações físicas do curso. O reconhecimento pelo CNE é condição indispensável para a validade dos diplomas.

O direito do Mackenzie fazia parte da lista de 101 cursos de administração, direito e engenharia civil sob risco de fechamento pelo Ministério da Educação (MEC), por causa do mau desempenho em três edições consecutivas do Exame Nacional de Cursos (Provão) ou na Avaliação das Condições de Oferta, realizada por comissões de especialistas.

Reprovação - Com desempenho acima da média no Provão - dois conceitos A e um B (numa escala de A a E, em que A é o melhor) -, o curso do Mackenzie foi reprovado em dois dos três itens analisados na Avaliação das Condições de Oferta. Em 1998, tanto sua estrutura curricular quanto as instalações físicas ficaram com conceito insuficiente, o pior da escala. O único item aprovado foi a qualificação dos professores, considerada boa.

Na reavaliação realizada



José Paulo Lacerda/AE

Efrem Maranhão: "O Mackenzie vai precisar melhorar ainda mais a infra-estrutura"

em maio, no entanto, a estrutura curricular e as instalações físicas foram classificadas como boas, assim como a qualificação de professores.

No parecer em que propôs a renovação do reconhecimento, a conselheira Silke Weber constatou "avanços importantes na jornada de trabalho, qualificação e produção acadêmica e profissional dos professores, na melhoria do acervo bibliográfico e nas instalações de modo geral".

Mas, apesar dos progressos verificados, os especialistas responsáveis pela reavaliação identificaram problemas relativos aos currículos, ao número de alunos por sala, à carga horária, ao espaço na biblioteca e ao exercício, pelos estudantes, da prática jurídica. Além disso, apontaram a possível falta de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e a falta de projetos de pesquisa à altura da qualificação do corpo docente.

ÁREA FAZIA PARTE DAS QUE PODERIAM SER FECHADAS

"O Mackenzie vai precisar melhorar sua infra-estrutura", disse o presidente do CNE, Éfrem Maranhão, lembrando que, daqui a cinco anos, o reconhecimento do curso terá de ser renovado novamente. "Aí o conselho vai levar em conta se as falhas foram ou não corrigidas."

Recomendações - No relatório enviado ao CNE, os especialistas recomendam ao curso de direito da Universidade Mackenzie que ofereça a mesma carga horária nos cursos diurno e noturno, uma vez que as aulas à noite têm menor duração do que durante o dia; que edite uma revista jurí-

dica; amplie o Núcleo de Prática Jurídica; possibilite aos alunos a realização de prática judiciária real; reduza o número de alunos por turma; e destine novos espaços para a ampliação da biblioteca.

"A comissão de avaliação evidenciou o grande esforço de melhoria da biblioteca, extremamente deficiente por ocasião da avaliação anterior, observando que ainda existem deficiências no que diz respeito ao espaço físico para pesquisa e estudo", registra o relatório. O curso de direito do Mackenzie oferece 450 vagas por ano. A renovação precisa ser homologada ainda pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.